

MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES/ SOCIOESPACIALES EN EL SEMIÁRIDO: LA EXPERIENCIA DEL TERRITORIO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, BAHÍA, BRASIL

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS/SOCIOESPACIAIS
NO SEMIÁRIDO: A EXPERIENCIA DO TERRITÓRIO
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, BAHIA, BRASIL

SOCIO-TERRITORIAL/SOCIO-SPATIAL MOVEMENTS IN THE
SEMI-ARID REGION: THE EXPERIENCE OF THE SERTÃO DO SÃO
FRANCISCO TERRITORY, BAHIA, BRASIL

SILMARA OLIVEIRA MOREIRA BITENCOURT*

<https://orcid.org/0000-0001-9961-7868>

Fecha de entrega: 17 de octubre de 2023

Fecha de aceptación: 06 de septiembre de 2024

* Geógrafa, doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (PPGGEO/FCT/UNESP); Pesquisadora da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Território (Rede Data-Luta), integra o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária (NERA) e o Grupo de Pesquisas Urbanização e Produção de Cidades na Bahia. Atualmente, é bolsista de doutorado da Fundação de Amparo à

RESUMEN

El Territorio del Sertão do São Francisco, en el Semiárido Brasileño, tiene una historia marcada por la conflictividad y la disputa territorial tanto desde el punto de vista del territorio material como del territorio inmaterial. En este artículo, nuestro objetivo es discutir las acciones de los movimientos y las instituciones en este territorio, proponiendo una ruptura con el «combate a la sequía» y la construcción de la «convivencia con el semiárido». Trabajamos con revisión bibliográfica, entrevistas semiestructuradas, observación participante y análisis documental. Diversos movimientos han contribuido a la construcción de la convivencia con el semiárido a través de ejes orientadores de acción en la lucha contra la falta de acce-

Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (Processo 2021/01632-7). Desenvolve pesquisas na Geografia Humana com as seguintes temáticas: Segurança Alimentar, Soberania Alimentar, Territórios Semiáridos, Movimentos Socioterritoriais/Socioespaciais, Questão agrária, Convivência com o Semiárido e Mobilidade do Trabalho. Contato: moreira.silmara@gmail.com

so a la tierra y al agua, mediante los conflictos con grandes emprendimientos¹.

PALABRAS CLAVE: *Semiárido brasileño, vivir con el semiárido, movimientos socioterritoriales, movimientos socioespaciales, lucha contra la sequía.*

RESUMO

O Território do Sertão do São Francisco, localizado no Semiárido Brasileiro, possui uma história marcada pela conflitualidade e disputa territorial tanto do ponto de vista do território material, quanto do território imaterial. Neste artigo objetivamos discutir as ações dos movimentos e instituições neste território, propondo o rompimento com o “combate à seca “e a construção da “convivência com o semiárido”. Trabalhamos com revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental. Diversos movimentos têm contribuído para a construção da convivência com o semiárido, através de eixos norteadores

de atuação na luta contra a falta do acesso à terra, à água mediante os conflitos com grandes empreendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: *Semiárido Brasileiro, Convivência com o Semiárido, Movimentos Socioterritoriais, Movimentos Socioespaciais, Combate à seca.*

ABSTRACT

The Sertão do São Francisco Territory in the Brazilian Semi-arid region has a history marked by conflict and territorial disputes from both material and immaterial perspectives. In this article, we aim to discuss the actions of movements and institutions in this territory, proposing a shift from «combating drought» to constructing «living with the semi-arid region.» We employed bibliographic review, semi-structured interviews, participant observation, and document analysis. Various movements have contributed to the construction of living with the semi-arid region through guiding axes of action addressing the lack of access to land and water amid conflicts with large enterprises.

KEYWORDS: *Brazilian Semi-arid Region, Living with the Semi-arid Region, Socio-territorial Movements, Socio-spatial Movements, Drought Combat.*

INTRODUÇÃO

A atuação dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais possui forte relevância para a compreensão da pro-

1. Esse texto foi apresentado para o “III Encuentro Latinoamericano de Territorios Posibles” realizado em La Plata, Argentina, em abril de 2023 e apresenta resultados preliminares da tese de doutorado que está sendo desenvolvida com financiamento da FAPESP (Processo 2021/01632-7).

dução do espaço agrário no Brasil. No território Semiárido esse protagonismo está presente na luta pela terra, pela água, nos conflitos com diferentes instituições, com o Estado, com as grandes corporações, face à crescente disputa territorial. Recentemente, início do século XXI uma das principais pautas dos movimentos tem sido a construção de um novo olhar e de uma outra forma de pensar o desenvolvimento para o território que se materializa na proposta da convivência com o semiárido.

O presente texto tem como objetivo apresentar aspectos da atuação dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais no espaço agrário dos municípios do Território do Sertão do São Francisco na Bahia, Brasil, pautada na promoção da perspectiva da convivência com o semiárido. As reflexões aqui apresentadas surgiram a partir dos dados da pesquisa que estamos desenvolvendo para a tese de doutorado, ainda em construção.

Como procedimentos metodológicos utilizamos aqueles de cunho qualitativo como a pesquisa bibliográfica acerca dos temas trabalhados e a coleta de dados primários obtidos durante a realização do trabalho de campo nos municípios envolvidos na pesquisa. Para isso, realizamos observação participante procurando analisar as ações desenvolvidas pelos movimentos e instituições como reuniões, seminários, participação em conselhos, dentre outros. Utilizamos o diário de campo e as fotografias como ferramentas indispensáveis, no qual foram feitas as anotações, registros de

situações, elementos da paisagem, impressões e observações para análise. Trabalhamos também com a aplicação de entrevistas semiestruturadas a representantes de movimentos e instituições que atuam no território, as quais foram realizadas de maneira presencial durante os trabalhos de campo nos territórios estudados e, também via videoconferência. Ademais, trabalhamos com dados secundários como relatórios e análise documental.

Além desta introdução o artigo está estruturado em mais duas partes. Inicialmente, apresentamos uma contextualização geral sobre duas perspectivas ideológicas e antagônicas sobre o território do semiárido brasileiro, a primeira é a perspectiva do combate à seca que, ao longo do tempo direcionou as políticas de desenvolvimento do semiárido e que considera o semiárido como um território inviável, portanto, apto à exploração dos seus recursos naturais e, a segunda é a proposta da convivência com o semiárido, uma proposta pensada pelos movimentos e instituições, mas principalmente pelos povos que vivem no semiárido que propõe a criação de estratégias para conviver com o fenômeno natural e as especificidades do clima semiárido. No decorrer, apresentamos algumas bases teóricas que utilizamos para as nossas análises e logo após, discorremos sobre os movimentos e instituições que tem atuado no Território do Sertão do São Francisco com a pauta da convivência com o semiárido que se desdobra em diversos eixos relacionados. Por

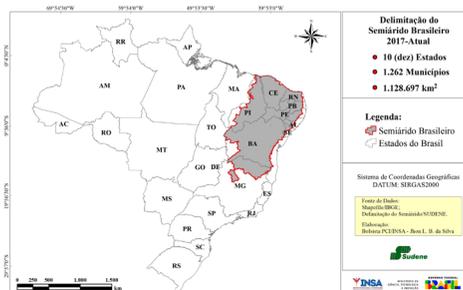
fim, apresentamos nossas considerações sobre os dados e discussões apontadas.

O TERRITÓRIO SEMIÁRIDO NO BRASIL: ENTRE O COMBATE À SECA E À CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

O Semiárido Brasileiro abrange 9 estados do Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão e a parte setentrional do estado de Minas Gerais na região Sudeste (Figura 1) ocupando 12% do território nacional (1,03 milhão de km²), envolve um total de 1.262 municípios. São aproximadamente 27 milhões de pessoas, correspondendo à 12% da população brasileira, segundo informação divulgada pelo Ministério da Integração Nacional (2019)².

2. A delimitação do Semiárido que é feita pelo Comitê Técnico do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (CONDEL-SUDENE) está em fase de mudanças tendo em vista que, em dezembro de 2021 através da Resolução nº 150/2021, o referido comitê alterou a delimitação da região semiárida, aumentando de 1.262 para 1.427 municípios, além de retirar outros. Diversos municípios recorreram a essa decisão, entretanto, até o momento não foi divulgada uma decisão final com a nova delimitação, por isso, utilizamos para este trabalho a delimitação de 2017.

Figura 1: Delimitação do Semiárido Brasileiro



Fonte: Instituto Nacional do Semiárido, 2023

A realidade do Semiárido Brasileiro é historicamente marcada pela conflitualidade na disputa territorial. Essa conflitualidade se iniciou com a busca, exploração e extração das suas riquezas, quando os colonizadores se instalaram no Brasil, realidade que perdurou ao longo dos séculos com a formação de uma estrutura socioeconômica caracterizada por uma economia de base latifundiária e de exploração, responsável por produzir um território desigual e excludente, impactado ao longo do tempo pela fome, a pobreza, emigração e o estereótipo de região inóspita (Andrade, 1988; Dantas, 2020).

Compreendemos, ainda à luz das ideias propostas por Andrade (1988) e Dantas (2020) e das concepções de território abordadas por Fernandes (2008) e Coca (2014) que essa disputa territorial ocorre tanto do ponto de vista do território material, quanto do território imaterial de maneira indissociável. Para Fernandes (2008), “A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é

sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia” (Fernandes 2008, p. 8).

Nessa perspectiva, nas diferentes maneiras de pensar o desenvolvimento para o território do semiárido estão presentes componentes de teorias, ideologias e conhecimentos que sustentam as ações no plano material imbricadas nas relações de poder. É nesse contexto que o “combate à seca e a “convivência com o semiárido” se conformam na conflitualidade do território material e imaterial.

O QUE É O “COMBATE À SECA”?

Ao longo do processo histórico as políticas de desenvolvimento direcionadas ao Semiárido Brasileiro foram (e ainda são em parte) aquelas de “combate à seca” pautadas em uma visão determinista que utiliza as características como o clima, a temperatura, os tipos de solo e, principalmente a irregularidade na frequência das chuvas, para justificar os problemas sociais, econômicos, a desigualdade e a pobreza das pessoas que vivem nesse território. Criou-se no imaginário coletivo a ideia de que os problemas enfrentados pelos povos do Semiárido são oriundos unicamente da determinação natural, principalmente, a falta da água proveniente da concentração das chuvas em alguns meses no ano. Entretanto, como apontam Vale e Santos (2020), a atribuição das características edafoclimáticas como uma justificativa para a inoperância do Estado frente aos problemas

sociais foi uma opção política e estratégica que favorecia às elites da época e à política de desenvolvimento em voga.

Dentro das ações de “combate à seca” não existe uma intenção de democratizar o acesso à água, à terra, aos insumos para produção e acesso a alimentos, por exemplo. Essas ações visavam e visam mitigar minimamente os problemas oriundos da concentração da renda, da terra e da água, deixando a população cada vez mais dependente da elite política. Dantas (2020), denomina essa visão sobre o Semiárido de “a ideologia do combate à seca”. Nas palavras do autor, “A ideologia do combate à seca, portanto, perpetuou o poder da classe dominante através das ações estatais e conservou a estrutura social hierárquica característica do semiárido dos séculos passados” (Dantas, 2020, p. 165).

O discurso da seca foi e é utilizado para favorecer as elites locais. Durante muito tempo essa foi a única forma de pensar e planejar as ações e políticas para o semiárido. Esse discurso assegura que o problema do semiárido é a falta de chuva, utiliza da propagação dessa afirmação para escamotear os problemas socioeconômicos existentes, assim como afirmou Castro (2001) de que a seca foi representada e alimentada no imaginário popular e no discurso dos agentes hegemônicos como o grande problema do semiárido nordestino quando, na verdade, foi usada como “nuvem de fumaça” para esconder as formas dominantes de exploração econômica que produziram e reproduziram a concentração de riqueza e poder político, resultando em uma

alargada condição de miséria e dependência da população nordestina, sobretudo, a do semiárido.

A partir dessa ideologia, ou seja, dessa forma de enxergar o semiárido, foram criados vários órgãos estatais durante o século XX para atuar com as políticas de combate à seca como aponta Vale (2020). Órgãos como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) criado em 1946 e a Superintendência do Nordeste (SUDENE), criada em 1960, são alguns exemplos importantes tratados pela autora que compuseram um grupo maior de instituições do Estado que atuaram e, no caso do DNOCS, ainda atuam no território semiárido pautando suas ações no “combate à seca”.

De acordo com Silva (2006) a política de combate à seca foi substituída, ainda no século XX, pela modernização econômica conservadora com a construção de grandes barragens para a produção de energia, a manutenção do complexo pecuário, algodoeiro e para a irrigação. Dois exemplos dessa “modernização” são a chegada da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) com a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso na Bahia na década de 1940 e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) na década de 1960.

As políticas pautadas na construção de grandes obras de infraestrutura hídrica, no favorecimento das oligarquias políticas não tinham o intuito de resolver problemas estruturais que afetavam e ainda afetam problemas ligados à multidimensionalidade da vida

do povo do semiárido. No decorrer do processo histórico, observamos uma realidade contrária, o Semiárido foi e é marcado por uma realidade de pobreza e extrema pobreza, como produto das desigualdades históricas do sistema produtivo capitalista que, simultaneamente, promove e se ampara no discurso do “combate à seca” e nas políticas implementadas a partir dessa ideologia para justificar tais condições.

Questões como a fome, a miséria e a pobreza continuam a assolar as populações, principalmente as camponesas. Como exemplo mais recente, citamos os dados apesentados pelas últimas pesquisas divulgadas pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan, 2021, 2022) sobre a situação da insegurança alimentar no Brasil no período da Pandemia do Covid-19. De acordo com os relatórios, na região Nordeste, onde se localiza a maioria dos municípios do semiárido, (como pode ser observado na Figura 1), foram observados altos índices de insegurança alimentar e nutricional. Em 2020, a insegurança alimentar considerando todos os seus níveis (leve, moderada e grave) atingiu a 70% da população do Nordeste. A fome, que é a forma mais grave da insegurança alimentar, atingiu a 13,8 da população. Ao mesmo tempo a insegurança hídrica, medida pelo fornecimento irregular ou mesmo pela falta de água potável, atingiu 40,2% dos domicílios. Já em 2021, 38,4% da população da região estava convivendo com as formas mais severas de insegurança alimentar e nutricional. Os relatórios apontam ainda que as po-

pulações do campo são as mais atingidas pela insegurança alimentar e nutricional.

Ressaltamos que os dados apresentados não são específicos do Semiárido, mas tendo em vista a sua extensão territorial e a quantidade de habitantes, servem para exemplificar como os problemas estruturais que perduraram ao longo do tempo continuam a assolar os povos do Nordeste e do semiárido.

Concomitante à essa realidade, observamos que perpetua a concentração e restrição do acesso à terra, à água e aos meios de comunicação nas mãos dos grandes latifundiários. No semiárido vivem cerca de 1,5 milhão de famílias agricultoras que corresponde à 28,82% de toda a agricultura familiar brasileira. Contraditoriamente, essas famílias ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis da região. Enquanto isso, 1,3% dos estabelecimentos rurais com mais de 1 mil hectares, conhecidos como latifúndios, detêm 38% das terras (Asa, 2020). Acrescente-se a isso uma política agrária que favorece as grandes empresas/corporações que estão no campo. Permanece também ao longo do tempo como nos demais territórios brasileiros, a dívida histórica com indígenas, negros, comunidades tradicionais e a não realização da reforma agrária. De acordo com Dantas: “Assim, além da estrutura agrária do semiárido ser caracterizada pela concentração fundiária as políticas de açudagem contribuíram para um processo de concentração hídrica” (Dantas, 2020, p. 171).

Nesse contexto, as famílias camponesas não dispõem de terra suficiente para produzir e criar. Essa foi a conclusão da Articulação do Semiárido

Brasileiro (2020) diante da dificuldade para o acesso à terra no semiárido. Essa discrepância na distribuição das terras revela, conseqüentemente a não garantia do acesso à água, que inviabiliza a produção de alimentos em qualidade e quantidade suficientes. Como as glebas são pequenas, a maioria das propriedades do semiárido não têm reservatórios de água próprios, como açudes e aguadas que possibilitem produzir o ano todo. As lavouras são concentradas em um único período do ano, o período chuvoso e a pouca diversificação na produção de alimentos ocasionam na existência de grande número de famílias em situação de insegurança alimentar.

Ainda, são insuficientes os programas e políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar camponesa no território semiárido que desenvolvam práticas agroecológicas com assistência técnica adequada; faltam subsídios por parte do Estado para que as terras dos camponeses sejam beneficiadas e o seu potencial produtivo seja aproveitado. Essa realidade compromete a composição da renda das famílias e coaduna na ocorrência de muitas pessoas vulneráveis economicamente sem garantia de acesso a programas sociais de transferência de renda (Baptista e Campos, 2013).

Observamos também em um período recente da história, mais especificamente, a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI como aponta Dantas e Feliciano (2023), a expansão e ampliação de setores como o agronegócio, a mineração e as energias alternativas fomentada e amparada pelo Estado que, através da dotação de infraestrutura tem dado condições para expansão do

capital no semiárido, o que gera conflitos em diversas dimensões da disputa territorial. Nas palavras dos autores, “No século XXI, o discurso desenvolvimentista continua a direcionar as ações estatais de maneira a possibilitar a expansão do capitalismo no semiárido brasileiro” (Dantas e Feliciano, 2023, p. 59).

Foi a partir de todo esse contexto mencionado que movimentos, organizações e os mais diversos sujeitos sociais com uma visão crítica da realidade em que estavam inseridos começaram a pensar, no final do século XX, em estratégias de luta e em uma possível transformação na maneira de enxergar e construir a política de desenvolvimento para o território semiárido respeitando as suas condições edafoclimáticas, mas sobretudo, entendendo que não é possível combater o fenômeno natural da seca, mas é possível sim, construir estratégias para conviver com ela. Nasceu assim, a proposta da “convivência com o semiárido”.

E, O QUE SIGNIFICA “CONVIVER COM O SEMIÁRIDO”?

Como resultado da luta encampada por diversos movimentos, instituições, sujeitos e atores sociais, a partir dos anos de 1990, o Semiárido Brasileiro passou por um período de avanços na construção da “perspectiva da convivência com o semiárido” que propõe uma mudança de olhar sobre a realidade desse território contemplando as suas diversas dimensões. De acordo com Carvalho:

A convivência ao abrigar diferentes movimentos, organizações, sujeitos e atores

sociais, que lhe comungam como uma ideia-projeto, uma identidade de projeto, ela não vai se caracterizar como movimento, e nem instituição, pois ao ser um guarda-chuva, ela abriga todos aqueles que buscam relacionar-se por outra/nova maneira de viver ou ampliar as maneiras de viver na mundaneidade semiárida. (Carvalho, 2012, p. 122)

A proposta da convivência com o semiárido surgiu então, como uma resposta a séculos de abandono por parte do Estado e justificativas do “atraso” pautadas no determinismo geográfico, de um território fadado ao mando e desmando das oligarquias agrárias, que por um lado deteriorava a vida de diferentes povos e, por outro garantia a perpetuação de uma elite agrária local.

Diferentes autores dialogam sobre essa mudança de olhar sobre o Semiárido. Para Conti e Pontel (2013), essa foi e é uma mudança paradigmática e, desse ponto de vista, “conviver com o semiárido” significa pensar na melhoria da qualidade de vida dos povos que vivem nesse território; na redução da pobreza e da miséria; nas formas dos sujeitos se relacionarem no ambiente onde vivem; como gerar e produzir renda através de alternativas de produção apropriadas e solidárias; no uso sustentável, conservação e preservação dos recursos naturais, sobretudo da caatinga que principal bioma presente neste território; no fortalecimento da sociedade civil e na participação cidadã para a formulação e conquista de políticas públicas.

Nessa mesma perspectiva, Baptista e Campos ponderam o seguinte:

Conviver com o Semiárido significa viver, produzir e desenvolver-se, não

dentro de uma mentalidade que valoriza e promove a concentração de bens, mas sim enfatiza a partilha, a justiça e a equidade, querendo bem à natureza e cuidando de sua conservação. Conviver com o Semiárido não significa apenas empregar tecnologias diferentes, quer sejam baratas ou caras. *Significa abraçar uma proposta de desenvolvimento que afirma ser o semiárido viável, ser o seu povo inteligente e capaz, ser a natureza do semiárido rica e possível*, desde que os seres humanos com ela se relacionem de modo respeitoso e que haja políticas públicas adequadas. (Baptista e Campos, 2013, p. 64, *grifo nosso*)

A convivência com o semiárido propõe, portanto, um rompimento com a proposta de desenvolvimento territorial que vem beneficiando ao longo dos séculos as oligarquias agrárias do semiárido propondo megaprojetos que são pautados na construção de infraestruturas e de políticas que visam o “combate à seca”, mas que não apresentam soluções adequadas para o clima semiárido, a partir dos anseios dos povos que vivem nesse território.

Conviver com o semiárido tem um significado totalmente contrário. A proposta é romper com a velha política e construir uma proposta de desenvolvimento pautada nas múltiplas dimensões dos territórios, considerar sua diversidade, a capacidade do seu povo de pensar e executar ações de desenvolvimento que deem conta de solucionar problemas locais, sem perder a dimensão do todo, ou seja, numa perspectiva multidimensional e multiescalar.

Costa (2017), considera que “para as populações do campo, a Convivência com o Semiárido supera o paradigma

de Combate à Seca, pois, é construída como reflexo das reais necessidades das populações” (Costa, 2017, p. 127) e tem sido fortalecida como uma forma de contribuir ao longo dos anos para redução das desigualdades.

Dantas (2020), denomina todo esse conjunto de ideias e propostas de desenvolvimento como uma nova ideologia, “a ideologia da convivência com o semiárido”. Nas palavras do autor, “Esta “nova” concepção se baseia na ideia de que a seca é um fenômeno intrínseco à região e não é possível enfrentá-la ou combatê-la, mas é possível aprender a conviver com ela” (Dantas, 2020, p. 160). Para que a proposta da convivência se tornasse uma realidade, portanto, foi necessário primeiro romper com a visão que vem sendo construída e reproduzida no imaginário social, tanto daqueles que vivem no semiárido, quanto daqueles que pensam as políticas públicas para esse território, que o enxergam através da ideologia do combate à seca como um território inviável.

A partir da atuação de movimentos socioespaciais e socioterritoriais começou-se a construir uma outra forma de enxergar esse território, realçando as suas potencialidades e, por conseguinte, a pensar e construir tecnologias adequadas para armazenamento da água da chuva, para produzir alimentos, para a criação de animais, para garantia da reprodução da vida dos povos do semiárido.

Os povos que vivem no campo dos territórios semiáridos construíram ao longo do tempo estratégias, formas de viver e conviver com as suas especificidades. Essas estratégias foram e são construídas tanto com base em suas

próprias experiências, com o exercício do protagonismo na criação de tecnologias sociais em suas propriedades, como das experiências trazidas através da troca de conhecimentos e saberes dentro e fora dos seus territórios. Neste aspecto foi fundamental a sistematização dessas experiências, a experimentação e a construção da política de convivência com o semiárido, pautada genuinamente pelos diversos movimentos, instituições e fóruns que compõem a rede Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), desde a década de 1990, conforme discorre Vale (2020), mas que somente começou a ser executada de maneira conjunta com o Estado a partir do início do século XXI.

Atualmente, a política de “convivência com o semiárido” é uma realidade que ainda disputa ideologicamente e politicamente com o “combate à seca”. Ainda estão presentes no Semiárido Brasileiro ações estatais que fazem parte da proposta de desenvolvimento pautada no investimento em megaprojetos para atender ao capital, como mencionaremos mais adiante. Entretanto, a proposta da convivência com o semiárido vem tomando força nos últimos vinte anos e demonstrado a sua potencialidade como projeto de desenvolvimento para o território a partir da atuação de movimentos e instituições.

A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS
SOCIOTERRITORIAIS/SOCIOESPACIAIS
NO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO
SÃO FRANCISCO, BAHIA, NA PERSPECTIVA
DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Compreendemos os movimentos sociais a partir de uma perspectiva geográfica

da análise do espaço, do lugar, do território considerando as suas multidimensionalidades e multiescalaridades tendo como base as análises feitas por Fernandes (2005) que os denomina como socioterritoriais e/ou socioespaciais.

Nessa mesma direção, Pedon (2009) faz a seguinte distinção:

Os movimentos socioespaciais reúnem um conjunto amplo de mobilizações já que as experiências políticas de participação não prescindem de uma dimensão espacial, muitos têm como base de organização um recorte espacial, a exemplo de Associações de Moradores e sindicatos, podendo ocorrer no campo ou na cidade e tendo como prerrogativa tanto demandas populares como elitistas. O movimento socioterritorial corresponde a uma categoria de mobilização coletiva mais restrita do que o movimento socioespacial, isso ocorre porque sua principal demanda está voltada para a conquista do território ou para a conquista da soberania por parte de um grupo sobre um espaço apropriado (podendo ser um espaço de governança). (Pedon, 2009, p. 184)

Enquanto os movimentos socioespaciais são caracterizados pela luta por demandas mais amplas e reivindicam espaços políticos, os movimentos socioterritoriais lutam pelo território. Para Fernandes,

Os movimentos socioterritoriais, têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. (Fernandes, 2005, p.31)

gia elétrica e alimentos, esses projetos não beneficiaram a população local. Ao contrário, geraram processos de desterritorialização de milhares de pessoas. Os alimentos produzidos nos latifúndios que compõem os Polos irrigados, assim como a energia elétrica produzida pela CHESF não beneficiam diretamente às famílias camponesas.

Durante o trabalho de campo realizado em 2022 no qual visitamos diferentes territórios: comunidades de fundo de pasto, quilombolas, assentamento da reforma agrária e diversos camponeses do Território do Sertão do São Francisco, encontramos famílias que vivem há uma distância de três quilômetros da barragem de Sobradinho que não possuem água potável e energia elétrica em suas casas, ou infraestrutura para irrigação da sua produção de alimentos. O que ratifica a nossa afirmação anterior de que as ações de combate à seca não visam a resolução dos problemas existentes no semiárido, mas único e exclusivamente a favorecer ao capital.

Essa realidade de conflitos que perdura até o século XXI está relacionada, atualmente, com o processo de expansão do capital no semiárido, ligadas a setores como o agronegócio, a mineração e as energias alternativas (Dantas, Feliciano, 2023). O Território do Sertão do São Francisco é um exemplo claro dessa expansão que agrega forte atuação desses quatro setores que se soma à ampla dotação de infraestrutura por parte do Estado e serve de base para atuação do capital.

Por meio de grandes corporações e empresas privadas operam grandes setores como: o agronegócio presente, principalmente, no Perímetro Irrigado com a produção agrícola voltada para exportação com alta incidência do uso de agrotóxicos responsáveis pela contaminação de peixes, plantações e pautada em sistemas produtivos inadequados para o semiárido; a geração de energias renováveis por meio das empresas que fazem a instalação dos parques eólicos, que cercam os camponeses e promovem a expropriação de suas terras; as mineradoras que se instalam e causam poluição dos rios, açudes, e deterioram as condições de vida das populações. Empresas desses setores “convivem entre si de maneira harmoniosa” promovendo a degradação da natureza, a desterritorialização de comunidades camponesas e a permanência de diversos conflitos com camponeses, populações tradicionais.

Ao mesmo tempo, há uma forte atuação dos movimentos, instituições e diversos atores e sujeitos no Território do Sertão do São Francisco em resposta a esses processos de desterritorialização, na luta pelo território e na construção de políticas que contemplam a proposta da convivência com o semiárido. Identificamos a atuação de diversos movimentos e instituições que se organizam e pautam suas lutas a partir de um eixo norteador em defesa dos territórios na sua multidimensionalidade. Estes movimentos e instituições (Quadro 1), propõem uma mudança no olhar sobre o semiárido, a partir das suas potencialidades e do enfrentamento ao modelo de desenvolvimento do capitalismo agrário.

Quadro 1 – Território do Sertão do São Francisco –
Movimentos socioespaciais e socioterritoriais *

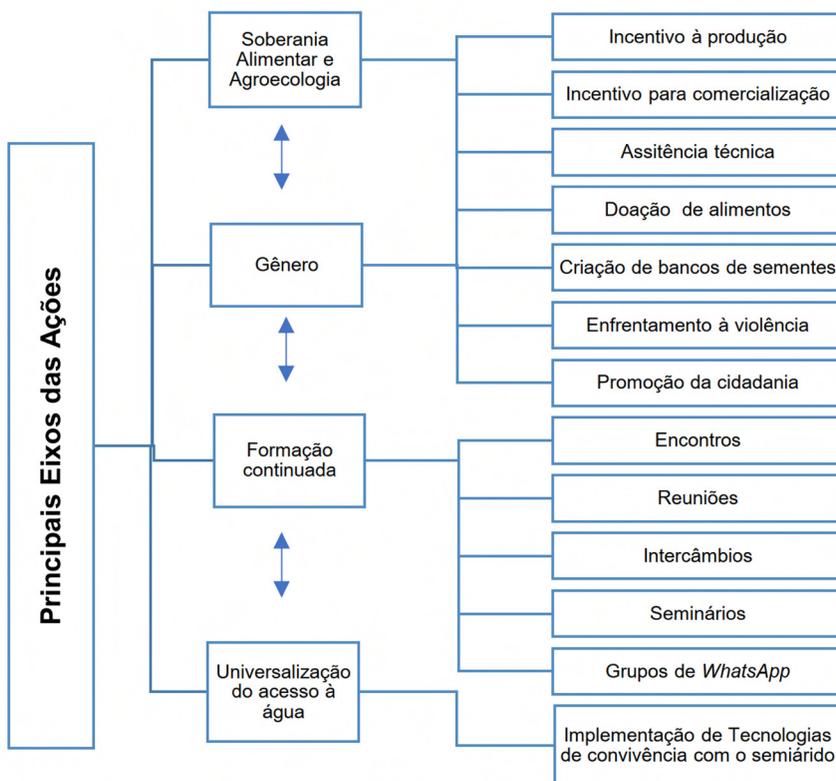
Número	Nome
1	Articulação das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia
2	Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)
3	Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso
4	Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU)
5	Comissão Pastoral da Terra
6	Fórum Baiano de Economia Solidária
7	Instituto Regional da Peque na Agropecuária Apropriada (IRPAA)
8	Movimento de comunidades Remanescentes Quilombola
9	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
10	Rede de Educação Contextualizada do Semiárido (RESAB)
11	Rede de Mulheres do Sertão do São Francisco
12	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP)
* A quantidade de movimentos apresentados aqui é preliminar, pois ainda estamos em fase de construção da tese e realização dos trabalhos de campo	

Fonte: Pesquisas de Campo, 2022, 2023

Elaboração: Bitencourt, 2023

O conjunto de movimentos e instituições é integrado por associações, movimentos socioterritoriais e socioespaciais, articulações, organizações e fóruns que desenvolvem ações que perpassam por múltiplas dimensões (Figura 3) não isolados e que ocorrem de maneira articulada.

Figura 3: Ações dos Movimentos no Território do Sertão do São Francisco



Fonte: Trabalho de campo, 2022
 Elaboração: a autora

Eixo 1 - Soberania Alimentar e Agroecologia - Diante do histórico da territorialização da insegurança alimentar e nutricional os/as camponeses/as têm construído estratégias para o enfrentamento à fome e à pobreza no Semiárido Brasileiro. No Território do Sertão do São Francisco os movimentos e instituições têm contribuído para o fortalecimento da proposta de convivência com o semiárido através do incentivo à produção e comercialização de alimentos agroecológicos que possibilita o acesso a alimentos para as populações do campo e da cidade, fortalece a autonomia e geração de renda para as famílias camponesas.

Algumas instituições atuam com prestação de serviços de assistência técnica para a produção de alimentos, criação de animais e beneficiamento da produção, bem como, da comercialização (Figuras 4, e 5). Há também a preservação e fortalecimento do patrimônio genético por meio do incentivo e criação de bancos de sementes (animal e vegetal) para a multiplicação entre as comunidades camponesas. Dentre as instituições que atuam com a assistência técnica podemos citar o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP). Duas organizações que atuam no nos municípios do Sertão do São Francisco desde a década de 1980 e que possuem como eixo norteador de suas ações a promoção da proposta da convivência com o semiárido.

Figura 4: Feira Agroecológica de Sento Sé, Bahia, Brasil, 2022



Fonte: Trabalho de campo, 2022

As ações da Rede de Mulheres também são basilares no enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional, com o objetivo de promover soberania alimentar nas comunidades, porque proporciona maior autonomia das mulheres camponesas com o incentivo à produção e comercialização de alimentos agroecológicos que ocorre através das orientações técnicas e do uso da Caderneta Agroecológica visibilizando o trabalho das mulheres dentro das unidades camponesas; o incentivo na participação e criação de feiras agroecológicas (Figuras 4 e 5), e a doação de cestas com alimentos para famílias que estão em situação de vulnerabilidade.

Figura 5: Canteiro Agroecológico no Assentamento São Francisco, Juazeiro, Bahia, Brasil



Fonte: Trabalho de campo, 2022

Eixo 2 – Gênero – Ações com foco nas discussões sobre gênero são realizadas por diversos movimentos e instituições, mas o movimento que possui maior representatividade nesse eixo no Sertão do São Francisco é a Rede de Mulheres, que surgiu em Remanso na década de 1980 reunindo mulheres do campo e da cidade. Inicialmente, era um movimento local que surgiu a partir da necessidade do enfrentamento à violência contra as mulheres materializada no alto índice de assassinato³ ao mesmo tempo que havia a impunidade dos criminosos. Começaram, apoiadas pela Igreja católica, realizando manifestações, caminhadas pela cidade e protestos em frente à delegacia do município. Desde então, começaram a atuar em várias frentes e essas ações passaram a ser executadas, também, em outros municípios. Atualmente, a Rede é formada por mulheres de todos os 10 municípios do Sertão do São Francisco.

O enfrentamento à violência durante muito tempo foi a principal frente de

luta da Rede e é uma ação que perdura ao longo dos anos. Atualmente, há no movimento outras ações como o trabalho de promoção da cidadania através da organização da documentação, e da formação continuada, visando o fortalecimento da autonomia das mulheres e sua compreensão como sujeitas protagonistas de suas histórias (Figuras 6 e 7).

Figura 6: Reunião de planejamento da Rede de Mulheres do Território do Sertão do São Francisco, 2022



Fonte: Acervo do movimento, Trabalho de campo, 2023

Figura 7: Formação da Rede de Mulheres do Território do Sertão do São Francisco sobre as cadernetas Agroecológicas, 2022



Fonte: Acervo do movimento, Trabalho de campo, 2023

3. Na época (década de 1980) não eram tipificados como feminicídio

Eixo 3 – Formação continuada – Esse eixo se configura como estruturante nas ações promovidas no território. É através dos processos de formação continuada que movimentos e instituições promovem espaços de diálogo e a propagação de um novo olhar para o semiárido, a partir da construção de uma visão de mundo patada na perspectiva da convivência. Essas ações ocorrem em diversos espaços de formação como: encontros, reuniões, seminários, intercâmbios de trocas de experiências, grupos de WhatsApp, dentre outros (Figuras 06 e 07).

Eixo 4 – Universalização do acesso à água – O acesso a tecnologias para o armazenamento de água da chuva, é essencial para a população camponesa do semiárido e é uma das principais frentes de lutas da proposta da convivência com o semiárido. A articulação Semiárido Brasileiro, uma Rede de organizações que reúne quase duas mil entidades, como sindicatos de trabalhadores rurais, associações de agricultores, cooperativas de produção, igrejas, e movimentos camponeses vinculados à Via Campesina, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos presentes no Sertão do São Francisco, é uma das principais articulações atuantes no Sertão do São Francisco que tem lutado pela política de convivência com o semiárido e a reaplicação de tecnologias adequadas para o território semiárido. Essas tecnologias encontradas no Território do Sertão do São Francisco são aquelas

direcionadas ao armazenamento de água para consumo humano como a cisterna 16 mil litros, construída para captação e armazenamento da água que cai nos telhados das casas; as tecnologias voltadas para o armazenamento da água para produção de alimentos e/ou dessedentação animal como a cisterna calçadão, a cisterna enxurrada, barreiros trincheira, tanques de pedra, barraginhas, dentre outras (Figura 8).

Figura 8: Cisterna de consumo humano, Quilombo Lagoinha, Casa Nova, Bahia, Brasil



Fonte: Acervo do movimento, Trabalho de campo, 2022

Os eixos apresentados são complementares e não se materializam em ações individualizadas de determinados movimentos, mas perpassam todos eles. Como resultado dessa interrelação temos diversas mudanças como o incentivo à produção e comercialização de alimentos agroecológicos que possibilita o acesso a alimentos para as populações do campo e da cidade, fortalece

a autonomia e geração de renda para as famílias camponesas; o enfrentamento à violência; promoção da cidadania através da organização de documentação visando o fortalecimento da autonomia das mulheres; os processos de formação continuada que constroem um novo olhar para o semiárido e a luta pela universalização do acesso à água através das tecnologias para o armazenamento de água da chuva, uma das principais políticas públicas pautadas na proposta da convivência com o semiárido.

Através dessa atuação, os diferentes povos que vivem no campo do Território do Sertão do São Francisco vêm construindo estratégias para o enfrentamento aos conflitos e à pobreza no semiárido através dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que têm contribuído para o fortalecimento da proposta de convivência com o semiárido.

CONSIDERAÇÕES

Neste texto procuramos debater aspectos da atuação dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais nos municípios do Território do Sertão do São Francisco pautada na perspectiva da convivência com o semiárido. Para isso, fizemos uma discussão sobre as características da perspectiva do combate à seca e da convivência com semiárido.

Entendemos que o combate à seca e a convivência com o semiárido são perspectivas antagônicas, maneiras diferentes de pensar o desenvolvimento territorial e as suas respectivas políticas

de desenvolvimento. Enquanto a primeira perspectiva é determinista, possui um olhar homogeneizador, propõe a construção de grandes empreendimentos e a valorização do território para a exploração do capital, a segunda propõe um novo olhar para o semiárido, pautado na análise do território na sua multidimensionalidade, multiescalaridade e na compreensão do semiárido como um território viável onde é possível construir estratégias de conviver com as suas condições edafoclimáticas a partir da construção e promoção de políticas territoriais que respeitem a especificidade desse território.

As ações que os movimentos veem desempenhando no Território do Sertão do São Francisco, têm sido de grande relevância para propor e implementar a proposta de convivência com o semiárido e tem transformado as comunidades camponesas através da implementação das políticas públicas.

Os vários eixos que consideramos para análise nesse texto exemplificam e ratificam a multidimensionalidade da perspectiva da convivência com o semiárido, bem como, a sua multiescalaridade. Os movimentos, redes e instituições aqui apresentados atuam de maneira direta e/ou indireta na luta pela soberania alimentar, através da busca pela universalização do acesso à água, pela agroecologia e, através dos seus processos formativos e da prática cotidiana procuram promover maior equidade nas relações de gênero. Para isso, a formação continuada se constitui como elemento estruturante das suas ações.

Os primeiros resultados obtidos na nossa pesquisa apontam desigualdades existentes no Semiárido, as lógicas e diferentes visões de desenvolvimento. Assinala ações dos movimentos que procuram romper com a visão determinista sobre o território e as comunidades que resistem a partir de diversos propósitos nos quais abordam a luta pelo acesso à água, uma temática essencial para a população do semiárido.

Ressaltamos por fim, que o semiárido brasileiro é uma referência mundial nas políticas de convivência com o semiárido e tem construído políticas territoriais que superam as estratégias hegemônicas de dominar a natureza demonstrando a capacidade das estratégias do campesinato de conviver com a natureza, entretanto, a questão do acesso à terra e a sua concentração nas mãos dos grandes latifundiários continua sendo um dos grandes problemas a serem enfrentados pelos povos que vivem no território do Semiárido Brasileiro.

REFERÊNCIAS

- Alentejano, P. R. R., Tavares, E. (2019). Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GDPs): uma análise crítica a partir da Geografia. *Terra Livre*, 1(52), 190-233. https://doi.org/10.62516/terra_livre.2019.1620
- Andrade, M. C. (1988). *O Nordeste e a Questão Regional*. Ática.
- Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA. (2020). “Semiárido”. <https://www.asabrasil.org.br/semiariado>
- Baptista, N. Q., Campos, C. H. (2013). A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. En: Conti, Irio. Luiz.; Schroeder, Edini. Oscar. *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social* (p. 63-70). Editora IABS.
- Castro, J. (2001). *Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço*. Civilização Brasileira.
- Carvalho, L. D. (2012). Natureza, território e convivência: Novas territorialidades no semiárido brasileiro. Paco Editorial.
- Coca, E. L. F. (2014). Uma revisão sobre o conceito/categoria de território. *Revista de Geografia (UFPE)*, 31(3).
- Conti, I. L., Pontel, E. (2013). Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. En: Conti, Irio. Luiz.; Schroeder, Edini. Oscar (Coords.). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social* (pp. 21-30). Editora IABS.
- Costa, T. P. (2017). A convivência com o semiárido como paradigma sustentável na perspectiva do bem viver. *REVASF*, 7(12).
- Dantas, J. C. (2020). A falsa vilã: ideologias e ação estatal no semiárido brasileiro. *Revista NERA*, 23 (51), 157–179. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i51.6865>
- Dantas, J. C., Feliciano, C. A. (2023). Expansão capitalista e conflitos territoriais no semiárido brasileiro no século XXI. *Revista Campo-Território*, 18(49), 47-72 <https://doi.org/10.14393/RCT184967133>.
- Fernandes, B. M. (2005). Movimentos socioterritoriais e movimentos so-

- cioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, 8(6), 24–34. <https://doi.org/10.47946/rne-ra.v0i6.1460>
- Fernandes, B. M. (2008). Entrando nos territórios do território. En: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. *Campesinato e territórios em disputa* (p. 273-301). Expressão Popular.
- Instituto Nacional do Semiárido-INSA. (2023). *Delimitação do Semiárido Brasileiro (2017)*. <https://www.gov.br/insa/pt-br/centrais-de-conteudo/mapas/mapas-em-pdf>
- Ministério da Integração Nacional. (2019). *Semiárido Brasileiro*. <https://antigo.mdr.gov.br/irrigacao/semiariado-brasileiro>
- Pedon, N. R. (2009). *Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP-Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.
- Rede brasileira de pesquisa em soberania e segurança alimentar–Rede PENSSAN. (2021). *VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede Penssan. <https://olheparaa-fome.com.br/>
- Rede brasileira de pesquisa em soberania e segurança alimentar – Rede PENSSAN. (2022). *VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede Penssan. <https://olheparaa-fome.com.br/>
- Resolução nº 150/2021 de 25 de julho de 2022. (2022). *Aprova a Proposição n. 151/2021, que trata do Relatório Técnico que apresenta os resultados da revisão da delimitação do Semiárido 2021*. Brasília, DF. <https://goo.su/aE3Ow1>
- Silva, R. M. A. (2006). *Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. (Tese de doutorado). https://www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/tese_Convivencia_semiarido_Roberto_Marinho.pdf
- Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia-SEPLAN. (2008). *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sertão do São Francisco/BA*. Bahia: SEPLAN. https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDS_Territorio_Sertao_do_Sao_Francisco.pdf
- Vale, E. P. de A., Santos, J. (2020). A ASA e a luta contra o discurso do combate à seca. *Revista GeoNordeste*, 2(6) 40-58.
- Vale, E. P. de A. (2020). *O “Desmonte” das políticas públicas de convivência com o semiárido: o Estado e a Articulação Semiárido Brasileiro entre 2014-2019*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista.